



## O Assassinato de Isabella: uma breve reflexão historiográfica

Rosa Maria Godoy SILVEIRA<sup>1</sup>

O assassinato de Isabella, que tem ocupado a mídia desde o dia 30 de março p.p, se presta a muitas análises, estruturada em torno de vários eixos temáticos, a exemplo da personalidade dos possíveis assassinos (já tem psicanalistas e educadores se pronunciando sobre isso), a violência nas grandes cidades (esse tema é rotineiro), o comportamento da classe média (falta mais análise).

Há um tema suscitado por este crime hediondo que, no entanto, dificilmente, atrairá a mídia. Mas é fundamental para os historiadores. O contraponto entre acontecimento e interpretação. Ou, em linguagem mais sedutora: versões e verdade.

Por mais que as provas periciais e testemunhais sejam abundantes na direção da incriminação do pai e da madrasta de Isabella, os dois negam a autoria do assassinato e apresentaram (ao menos nos momentos subseqüentes aos acontecimentos), as suas versões (plural: se assemelham, mas se diferenciam) de que não cometeram o crime e havia uma terceira pessoa no apartamento.

Essa história, ou melhor, o contraditório que nela se inscreve, é de uma clareza maior do que muitos textos teóricos que discutem a verdade histórica e as suas (im) possibilidades, o fazem. Pois, coloca em xeque certas tendências pós-modernas que, de tanto extremarem o relativismo cultural e de colocarem que todas as versões históricas (historiográficas) se equivalem, deságuam em um irracionalismo tal a ponto de que qualquer verdade seria impossível. Tais versões não passariam de formações discursivas. Em algumas dessas tendências, aquilo que se chama (ou chamava) realidade, não existe.

Pois bem: acompanhando esse crime, em primeiro lugar, é o caso de se perguntar: a realidade não existe? Uma menina de cinco anos de idade foi brutalmente assassinada. Este é o acontecimento. Negar isto é correr o risco de que a realidade desabe sobre a nossa cabeça. Como barbárie.

Em segundo lugar: o contraponto entre os laudos periciais e testemunhais e as versões do pai e da madrasta têm um eixo condutor: a verdade sobre o que aconteceu naquele apartamento. De um lado, a Polícia, trabalha-se com *provas, vestígios, rastros*. Do outro lado, dos suspeitos, trabalha-se apenas com discurso, uma vez que, ao menos até esse momento, embora haja testemunhas indicadas pelo lado do pai e da madrasta da menina, não apareceu *prova* alguma categórica, em contrário.

É claro que **não estamos aqui dizendo que:**

---

<sup>1</sup> Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1981). Atualmente, é professor colaboradora dos Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal de Pernambuco, e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba. Preside a ONG Coletivo de Cultura e Educação Meio do Mundo. Membro dos Conselhos Editoriais da Revista Saeculum e da Revista Ártemis.

a) a tentativa de reconstrução do crime pela Polícia vá resgatar o acontecimento em sua integralidade, como acreditavam os positivistas;

b) as provas testemunhais e periciais sejam dotadas de absoluta objetividade. As primeiras, testemunhais, são humanas de modo direto, os sujeitos que falam, e cujas motivações são as mais diversas. As segundas, são indiretamente humanas, porque construídas por sujeitos que não deixam de estar falando (os *peritos*), mas o fazem com auxílio de *métodos* e *técnicas*. Tal qual o fazemos nós, os historiadores. Trabalho que Carlo Ginzburg tão bem descreve e que, não à toa, se chama *método indiciário*. Não é à toa, tampouco, que aos suspeitos, apresentados os *indícios*, denomina-se de *indiciados*.

São formações discursivas, sem dúvida. Mas *alusivas a um referente*, o acontecimento, com os sujeitos nele envolvidos e as ações acontecidas. Alusivas a uma realidade (a um mundo também exterior aos sujeitos, embora também interior), a uma *experiência vivida*, de diversos ângulos. Cada um com um pedaço da história, que não é integral nem para os suspeitos. Mas que é maior do que o acontecimento. Pois a história já extravasou do acontecimento *em si* e foi se agregando de vários novos acontecimentos, em princípio, conexos, sujeitos à *verificabilidade*.

Várias verdades, embora não a verdade absoluta, de resto, descartada como possibilidade aos historiadores, desde a crítica à filosofia da História, ainda no século XIX.

Por outro lado, a questão das versões e seu relativismo. Quando se fala que as versões se equivalem, é preciso deixar bastante explícito que isto quer dizer: todo mundo tem direito de falar, de expressar a sua interpretação, não apenas os detentores do poder que, inclusive, são detentores do poder sobre a fala. Nem sempre a relação entre discurso e poder aparece nesta assertiva de que todas as versões se equivalem. Elas se equivalem na intenção e atos para que se equivalham, mas nem sempre se equivalem, concretamente, exatamente pelas relações assimétricas dos lugares de onde se fala. Ademais, e por isso, os discursos geram efeitos desiguais. Por seu conteúdo de poder, do lugar de onde são proferido e por quem são proferidos, certos discursos derrubam até provas tidas como fortes, a exemplo do que ocorre em muitos crimes onde indiciados são absolvidos, casos não tão raros em um país onde o poder e o dinheiro, usualmente, *falam* mais alto. Mas aí não é o poder do discurso em si que pesa, o discurso não é nu, carrega outros elementos que concorrem para fortalecê-lo.

E um terceiro aspecto: todos os discursos têm validade? Contêm verdade?

Retomando o crime: o discurso dos indiciados anula os discursos testemunhais e periciais?

Neste caso, anularia ou anulará – afinal, a *investigação* (o sentido grego de História) está em andamento – se contivesse (contiver) alguma verdade que seja mais forte, mais *evidente*, mais *indiciária* do que as provas disponíveis contrárias. Se os seus emissores – não só os indiciados, mas, evidentemente, os peritos que estão ao seu lado, isto é, os seus advogados –, apresentarem um outro discurso técnico-argumentativo carregado de mais poder, poder de convencimento sob diversas formas. Neste caso em análise, talvez isso não aconteça porque há um outro discurso circulando com muita força: o clamor das ruas, de uma população que grita por justiça e em que há aqueles que gostariam de fazer justiça com as próprias mãos. Esse discurso, em muitas bocas, em cartazes, em gestos, tem um poder co-ator no sentido de que não

vingue a impunidade em relação a esse crime e sejam identificados e responsabilizados os seus autores. A própria brutalidade do crime – contra uma criança e talvez pelo próprio pai, é uma força co-atora que carrega normas sociais para além da ordem legal.

Aqui se coloca, ainda, uma quarta questão: a ética inscrita no discurso. Vale falar qualquer coisa?

Num caso desses, todas as versões se equivalem? A “obediência a ordens superiores”, nos crimes cometidos pelos nazistas, se explica tais crimes, justifica? Justifica-se discursos racistas, intolerantes, xenófobos, discriminadores? Justifica-se, por exemplo, se, hipoteticamente, os indiciados do crime alegarem estar, na ocasião do acontecimento, sob forte emoção? Alguma justificativa seria mais forte, moralmente, do que a imperiosidade de preservar a vida humana? É cabível pensar que haveria justificativas que poderiam triunfar sobre este imperativo, movidas por códigos morais particularistas, exclusivistas, egoístas. É cabível e perigoso para a sociedade. Por isso, o discurso sobre a equivalência dos discursos, se não sopesado pelos referenciais que o cercam, pode ter conseqüências extremamente sérias para a investigação histórica e, muito pior do que isto, para a vivência histórica. Pois, como no caso deste crime, trata-se de punir ou não uma pessoa que assassinou outra, enquanto, por mais danos que uma narrativa histórica de má qualidade possa gerar, não assassinará ninguém.

Enfeixando a história, além da importância do *método indiciário* de Ginzburg, para distinguir a História da pura ficção, um caminho fecundo é retomar Ricouer com a idéia do seu círculo hermenêutico em que a ação de mimesis na História se especifica, distintamente da narrativa literária, exatamente pelo *indício*. Mostrando que alguma verdade existe no mundo: pode não ser total, mas existe. E estas verdades são os rastros das nossas ações na vida que, por passadas, não poderão jamais serem como foram. Se não houver veracidade alguma entre as interpretações sobre experiências vividas e tais experiências, por que faria parte do próprio *ser humano*, faria parte da nossa constituição como Humanidade, sermos dotados da capacidade de reflexão e interpretação sobre nossos atos? Embora nem todos pareçam usá-la, ou não a usem segundo uma ética de preservação da vida. Como neste crime.

Se não houver veracidade alguma entre as interpretações sobre experiências vividas e tais experiências, por que sermos historiadores?

## **Isabella II**

Assisti, não sem asco, a entrevista com o pai e a madrasta de Isabella, transmitida no Fantástico ontem à noite, dia 20 de abril de 2008. Escrevo na madrugada do dia 21.

Deus que me perdoe, mas a minha impressão é que eles são uns canastrões ensaiados pelos advogados. Um começava a frase e a outra superpunha o final da frase dele como começo da sua frase e repetição da dele, “tudo em perfeita harmonia”, como o tom maior que imprimiram ao discurso. Meio que para martelar no ouvido do público desavisado. As caras não pareciam de sofrimento: é claro que estou

julgando por mim, mas se eu estivesse em profunda dor, como foi dito, eu não daria entrevista, eu nem conseguiria dar entrevista. Muito eloqüentes, para quem diz estar sentindo tanta dor.

E faço alguns comentários do que anotei.

### **1º) Por que o casal resolveu dar uma entrevista? E logo na Globo?**

Porque estariam massacrados pela mídia, como eles mesmo falaram? E a Globo, o que é? Vamos às falas:

“... coisas, na sei com estão sendo vinculadas na mídia...”

‘... mídia, é inventado ...’

“... o julgamento vem da mídia.”

**ISTO MESMO: FRASES SOLTAS, INCOMPLETAS > mas claras, no sentido de responsabilizar a mídia.**

### **2º) Local da Entrevista > Casa de um amigo, no prédio (se não me engano, do pai dele)**

➤ **Por que não deram entrevista na casa do pai? > para mostrar que têm amigos, redes de apoio?**

### **3º) Sobre os Laudos**

“... não temos como ...”

“Não temos (ou tivemos, não lembro bem) conhecimento de nenhum dos laudos ...”

**Quando o repórter diz que são indiciados:**

“A gente não acredita”/ ‘Não sabemos.’

‘Eles não conhecem a gente.’

“Ninguém se machucou...”

**Sobre a fralda que teria sido usada para limpar o sangue de Isabella:** “... não usaram, isto não existe.”

**Comentário:** tergiversam sobre os laudos, são evasivos > eles tomaram conhecimento das provas dos laudos nos interrogatórios do dia 18, segundo foi divulgado. A fala é de vitimização. Evitam acusar a polícia, mas a acusação é subjacente: se eles não sabem como nem porque são acusados, os laudos seriam falsos. A polícia e os peritos teriam forjado? Haveria, neste caso, um grande complô contra eles, por parte da Polícia? Por que?

### **4º) ÊNFASE DO DEPOIMENTO (SE EU TIVESSE UM INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO, DIRIA QUE 70 a 80% DA FALAS DOS DOIS RECAIU NISSO) > FAMÍLIA/A HARMONIA FAMILIAR**

“Vivemos sempre em harmonia.”

“Não têm como explicar as acusações contra a família.”

‘Não consigo explicar a maneira como estão fazendo com a gente.’

‘O importante era conhecerem como éramos.’

“As pessoas nos julgam sem ao menos nos conhecer.”

“Era aquela coisa unida.” (estão se referindo à família deles)

“Ou íamos à casa dos meus pais ou dos sogros.”

“Explicamos como nós somos.”

**Comentário:** Parece-nos um claro desvio da atenção dos laudos para a ênfase no espaço privado, onde, inclusive, muita coisa é difícil de provar.

#### 5º) OUTRA ÊNFASE FORTE: A MENINA ERA ÓTIMA, NÃO DAVA TRABALHO ALGUM

“A Isabella era tudo.”

“Ela era a menininha, andava de moto.”

“Gostava de água”.

“Minha sogra pedia para mandar um dos netos que não desse trabalho ... a gente mandava ela.”

“Ela nunca deu trabalho.” (frase reiterativa)

**Comentário:** O discurso é para tirar toda e possível suspeita de motivo para a agressão à menina.

**Pergunta impertinente:** isto não é bem real, pois, por mais que uma criança seja educada, ela é criança, ela “faz artes”.

#### 6º) SOBRE A MÃE DE ISABELLA

**OBSERVAÇÃO NOSSA:** O REPÓRTER TATEIA, EVITA PERGUNTAR, SÓ FAZ UMA PERGUNTA > PERGUNTA À MADRASTA SOBRE O CIÚME DELA QUE FOI DIVULGADO

**Resposta da Madrasta, sem ser *ipsis litteris*:** Ela não tinha ciúme DA MENINA. NÃO FALOU DA MÃE, PORTANTO.

**Ele responde rapidamente ao repórter:** “Era uma relação normal.” E MUDA RAPIDAMENTE DE ASSUNTO.

**COMENTÁRIO ACRESCENTADO HOJE, DIA 21, DEPOIS DE ASSISTIR O JORNAL HOJE, AGORA HÁ POUCO:** QUANDO PERGUNTADA SE ELA SENTIA CIÚME, A MADRASTA COMEÇA A FRASE: “DA M? DA MENINA, NÃO, NUNCA TIVE CIÚME.” E MUDA DE ASSUNTO. FICOU CLARO QUE ELA IA FALAR A PALAVRA MÃE (PRONUNCIOU ALGO COMO MÃ...)

#### 7º) UMA INSISTÊNCIA SUTIL: A MENINA QUERIA MORAR COM ELES

“Ela dizia que queria morar com eles.”

“Ela (o pai dizendo da madrasta) era a segunda mãe dela.”

“Ela dizia: quero morar com vocês.” “Tinha o apartamento, o quarto dela...”

**Comentário:** Parece-me um jogo para apontar a preferência da menina por eles, em detrimento da mãe. Este jogo é lastreado na noção de propriedade, de bens materiais: o apartamento, o quarto, a piscina do prédio. Este argumento “inocente” já havia aparecido nas cartas dos dois antes de se apresentarem à polícia. E, afinal, quem prova que a menina dizia isso? Mais uma vez, desloca-se o foco

de um acontecimento concreto, objetivo e público, o crime, para a esfera da vida privada, das relações privadas. Não estou discutindo se as relações eram estas, podem ter sido, mas o foco da questão é deslocado. Esta questão da menina morar com eles não foi, inclusive, uma pergunta do repórter.

#### **9º) A MORTE DA MENINA E O ENTERRO**

“Não entra na minha cabeça como uma pessoa fez isso com ela.”

“Não encostei um dedo nela.”

**Reafirmam que havia uma 3ª pessoa.**

**Ele, quando soube da morte da filha:** “Não tinha mais chão.”

“A cena do necrotério marcou.”

“A nossa vida acabou.”

“Eu queria me enterrar junto com ela.”

**Comentário: TEM MAIS FRASES MELODRAMÁTICAS, A MADRASTA CHORA, É QUE NÃO DEU PARA ANOTAR TUDO > Parece-me uma bela encenação em uma sociedade do espetáculo > se ele afirma que se dava bem com a ex-mulher, lembre-se que o depoimento desta (a mãe da menina) fala que ele sequer falou com ela no cemitério, embora tenha afirmado que, ao final (acredito que do velório), ele parecesse abalado. Da madrasta, o depoimento da mãe fala da frieza da mesma.**

#### **10) O PEDIDO DE APOIO (PARA REVERTER A OPINIÃO PÚBLICA?)**

“Pode acontecer com qualquer, cada pessoa.”

**Comentário: Pareceu-me um pedido de solidariedade, apelando para o imponderável > afinal, pode entrar um ladrão ou bandido e fazer isto com você. Que pode, pode. Isto mexe com os temores das pessoas, ainda mais das classes médias. O medo da violência. Desse desconhecido sem rosto, que se pode deixar sem cara quando se diz simplesmente: “entrou um ladrão”, sem qualquer prova. Relembro que, nos dias imediatos ao crime, o avô paterno mandou investigar o zelador. Claro: eu chuto para cima dos mais fracos. Como este “argumento” não prosperou, ainda se apela a esta figura sem rosto, sem digitais, sem marcas de sapatos etc.**

#### **11) O APELO A UMA TESTEMUNHA MAIOR**

“Deus é testemunha”

**Comentário: Se não há testemunhas categóricas a favor deles, apelam para a mais poderosa: Deus. Isso mexe com o imaginário fortemente religioso da sociedade brasileira.**